

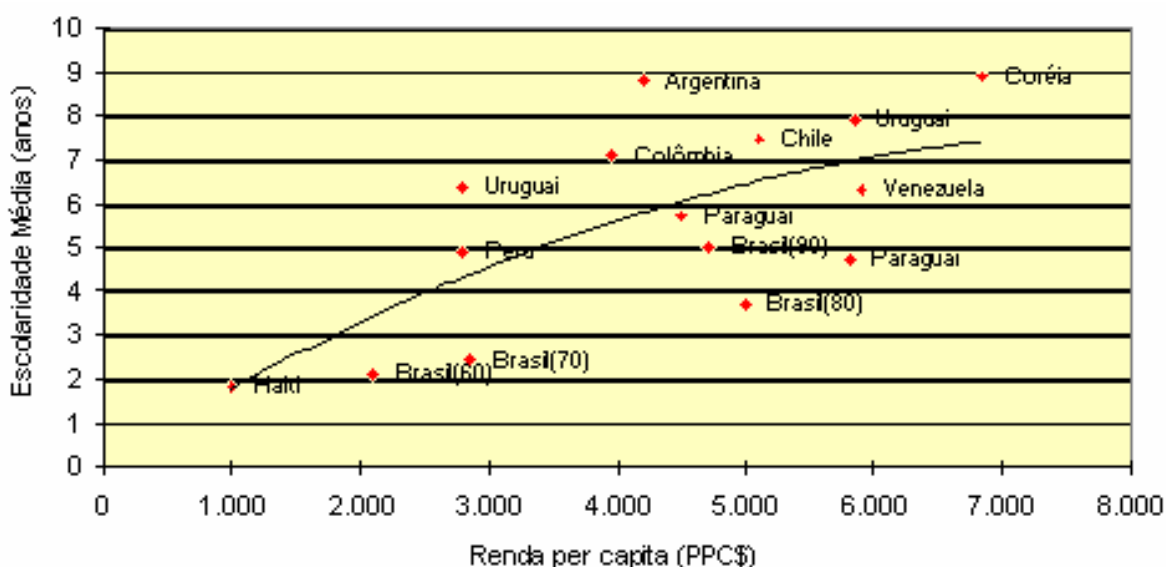
ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL*

1 - PERFIL DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

O perfil da educação brasileira apresentou significativas mudanças nas duas últimas décadas. Houve substancial queda das taxas de analfabetismo, aumento expressivo do número de matrículas em todos os níveis de ensino e crescimento sistemático das taxas de escolaridade média da população. Não obstante, o quadro educacional do país é ainda bastante insatisfatório tanto do ponto de vista qualitativo quanto em relação a alguns indicadores quantitativos.

No que se refere à escolaridade da população, observa-se duas tendências importantes. Primeiro, o crescimento da renda per capita verificado nas quatro últimas décadas foi acompanhado de contínua expansão da taxa de escolaridade média, passando-se de dois anos de estudo em 1960 para cerca de cinco anos em 1990 (Gráfico 1). Em segundo lugar, a progressiva queda da taxas de analfabetismo, de 39,5% para 20,1% nas quatro últimas décadas, foi paralela ao processo de universalização do atendimento escolar na faixa etária obrigatória (7 a 14 anos), tendência que se acentua a partir de meados dos anos 70, sobretudo como resultado do esforço do setor público na promoção das políticas educacionais (Gráfico 2).

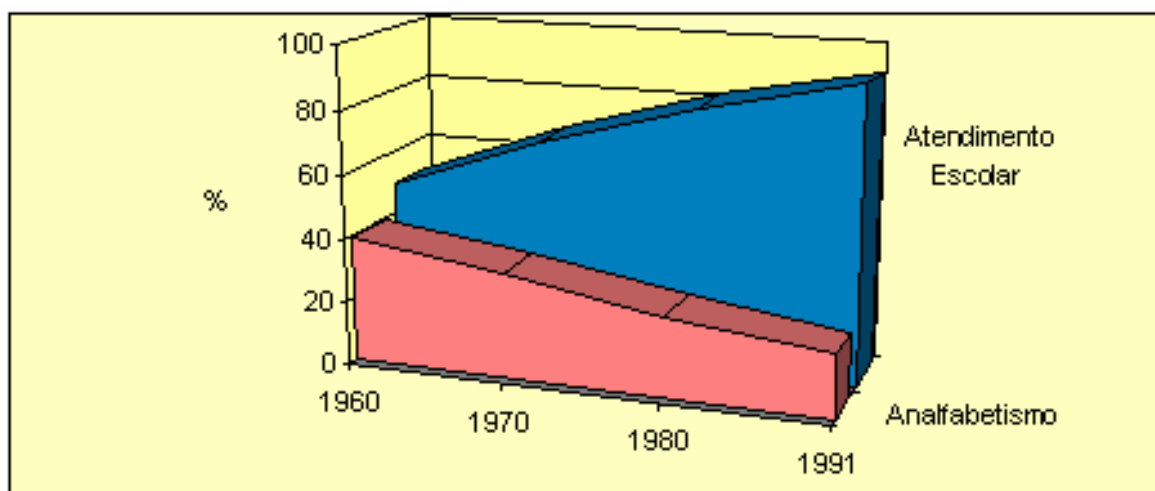
Gráfico 1 - Escolaridade de média e renda per capita



Fonte: Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, 1996. Brasília: PNUD/IPEA, 1996.

* Extraído do Relatório para a Conferência Internacional de Educação em Genebra, (1996).

Gráfico 2 - Taxas de analfabetismo (15 anos ou mais) e de atendimento escolar (7 a 14 anos) Brasil 1960 a 1991



Fonte: F. IBGE (analfabetismo) e MEC/SEDIAE/SEEC (atendimento escolar).

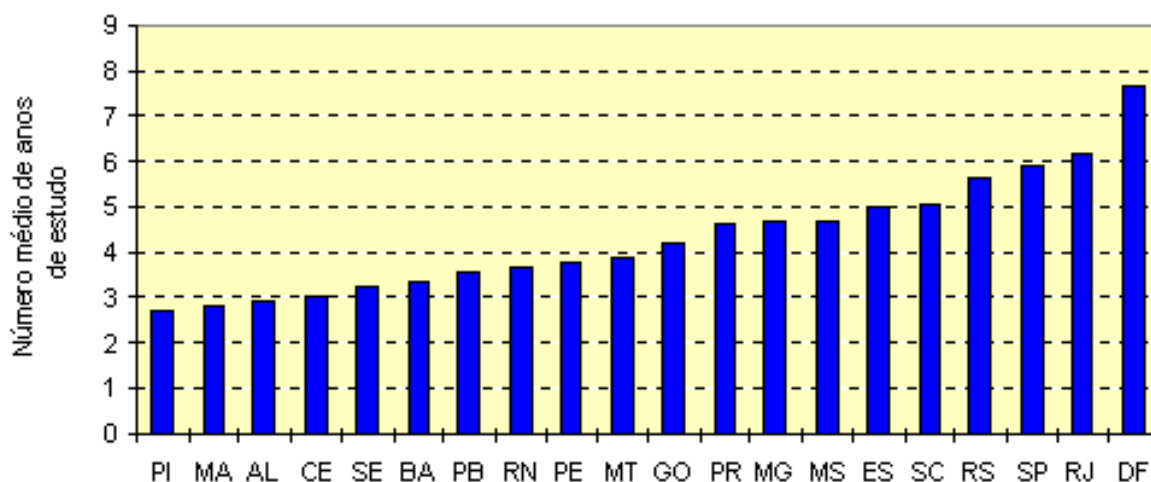
Este movimento não ocorreu de forma homogênea; acompanhou as características de desenvolvimento sócio-econômico do país e reflete suas desigualdades. Além das imensas diferenças regionais quanto ao número médio de anos de estudo, que apontam a região Nordeste bem abaixo da média nacional, cabe também destacar a grande oscilação deste indicador em relação à variável cor, mas relativo equilíbrio do ponto de vista de gênero, como mostram os dados abaixo.

Tabela 1 - NÚMERO MÉDIO DE ANOS DE ESTUDOS BRASIL 1960 A 1990

NÚMERO MÉDIO DE ANOS DE ESTUDOS BRASIL 1960 a 1990				
	1960	1970	1980	1990
Gênero				
Homem	2,4	2,6	3,9	5,1
Mulher	1,9	2,2	3,5	4,9
Cor				
Branco	2,7	...	4,5	5,9
Preto	0,9	...	2,1	3,3
Pardo	1,1	...	2,4	3,6
Amarelo	2,9	...	6,4	8,6
Regiões				
Norte/Centro-Oeste	2,7	0,9	4	...
Nordeste	1,1	1,3	2,2	3,3
Sudeste	2,7	3,2	4,4	5,7
Sul	2,4	2,7	3,9	5,1

Fonte: Relatório sobre o desenvolvimento Humano no Brasil, 1996
Brasília: PNUD/IPEA, 1996.

Gráfico - 3 Nível de escolaridade por unidade da federação Brasil 1990



Fonte: Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, 1996. Brasília: PNUD/IPEA, 1996.

Na verdade, mais do que refletir as desigualdades regionais e as diferenças de gênero e cor, o quadro de escolarização desigual do país revela os resultados decorrentes do processo de extrema concentração de renda e níveis elevados de pobreza. Apesar do crescimento da taxa de escolarização das últimas décadas, pesquisas¹ indicam a correlação existente entre os indicadores de renda e a situação educacional do país:

- I. 81% das crianças de 5 a 6 anos que freqüentam a pré-escola pertencem a famílias com renda per capita familiar superior a 2 salários mínimos (SM), contra apenas 37% daquelas pertencentes a famílias pobres;
- II. 97% das crianças de 7 a 14 anos de famílias com renda familiar superior a 2 SM per capita freqüentam o primeiro grau, contra apenas 75% das crianças de famílias pobres, apesar da crescente universalização;
- III. 80% dos jovens de 15 a 17 anos pertencentes a famílias com renda per capita superior a 2 SM freqüentam a escola, enquanto apenas cerca de 40% daqueles provenientes de famílias pobres permanecem estudando;
- IV. 39,8% dos jovens de 15 a 17 anos das famílias pobres somente trabalham.

Esta situação torna-se ainda mais grave ao observarmos a evolução da distribuição da população por nível de escolaridade. Se é verdade que houve considerável avanço na escolaridade correspondente à primeira fase do ensino fundamental (primeira a quarta série), é também verdade que em relação aos demais níveis de ensino os indicadores são ainda insuficientes: em 1990, apenas 19% da população do país possuía o primeiro grau completo; 13%, o nível médio e 8% possuía o nível superior. Considerando a importância do ensino fundamental e médio para assegurar a formação de cidadãos aptos a participar democraticamente no mundo da vida e do trabalho, os dados da Tabela 2 indicam a urgência das tarefas e o esforço que o Estado e a

sociedade civil deverão assumir para superar a médio prazo o quadro existente.

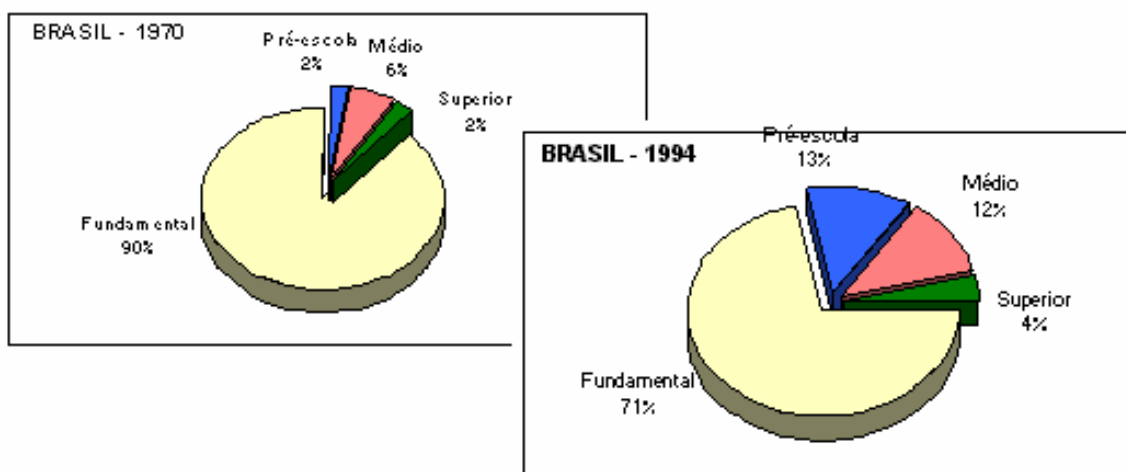
Tabela 2 - EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR NÍVEL DE EDUCAÇÃO (%) - BRASIL 1960 - 1990

Nível de educação	1960	1970	1980	1990
Analfabetos	46	43	33	22
Fundamental 1ª fase	41	40	40	40
Fundamental 2ª fase	10	12	14	19
Médio	2	4	7	13
Superior	1	2	5	8

Fonte: Relatório sobre o desenvolvimento humano, 1996. Brasília: PNUD/IPEA, 1996

Há, contudo, aspectos bastante positivos no período recente do desenvolvimento educacional. O exame da participação dos níveis de ensino no total de matrículas iniciais, nos últimos vinte anos, sugere um redesenho da estrutura do sistema educacional do país (Gráfico 4). O ensino fundamental, que em 1970 respondia por cerca de 90% do total de matrículas, vem diminuindo sua participação no conjunto do sistema, ao lado da progressiva expansão dos demais níveis de ensino. Assim, em 1994, observa-se o seguinte quadro: 71% do total de matrículas referem-se ao ensino fundamental; 13% ao pré-escolar; 12% ao ensino médio e cerca de 4% ao nível superior.

Gráfico 4 - Participação dos níveis de ensino no total de matrículas iniciais



Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC.

A dinâmica deste movimento ganha um significado próprio nos últimos dez anos. Além da magnitude dos segmentos populacionais atendidos pelo sistema de ensino — ao todo 43,6 milhões de alunos — nota-se acelerado crescimento das taxas de atendimento escolar por faixa etária (Tabelas 3, 4 e 5):

- I. do total de 9,9 milhões de crianças de 4 a 6 anos, 48% encontram-se na pré-escola, contra apenas 28,6% em 1985;
- II. do total de 27,4 milhões de crianças de 7 a 14 anos, mais de 96% são atendidas, contra 81,8% em 1985.
- III. do total de 9,6 milhões de jovens de 15 a 17anos, mais de 80% são atendidos pelo sistema, contra apenas 59,2% em 1985.

Tabela 3 - MATRÍCULAS INICIAIS POR FAIXA ETÁRIA EM TODOS OS GRAUS DE ENSINO

	4 A 6	7 A 14	15 A 17	ACIMA DE 17
1970	790.767	13.216.870	2.555.045	1.116.602
1975	1.071.978	15.955.348	3.742.023	2.299.712
1980	1.749.731	18.652.612	4.691.621	2.884.790
1985	2.760.547	20.434.737	5.166.293	3.071.814
1991	4.227.580	25.287.823	6.386.482	3.580.693
1994	4.759.854	26.426.111	7.753.422	4.310.875

FONTE: MEC/SEDIA/SEEC

Tabela 4 - POPULAÇÃO RESIDENTE DE 4 A 17 ANOS BRASIL 1970 A 1994

	POP 4 A 6	POP 7 A 14	POP 15 A 17
1970	8.465.482	19.693.089	6.372.848
1975	8.816.840	21.270.000	7.284.335
1980	9.182.782	23.009.608	8.326.190
1985	9.655.382	24.968.255	8.725.340
1991	10.254.716	27.611.580	9.229.657
1994	9.923.394	27.472.964	9.672.875

FONTE:F.IBGE, Censos Demográficos.

OBS: Os dados de 1994 correspondem a estimativas do IBGE (AEB-94)

Tabela 5 - TAXAS DE ATENDIMENTO ESCOLAR POR FAIXA ETÁRIA %

BRASIL -- 1970-1994			
	DE 4 A 6	DE 7 A 14	DE 15 A 17
1970	9,3	67,1	40,1
1975	12,2	75,0	51,4
1980	19,1	81,1	56,3
1985	28,6	81,8	59,2
1991	41,2	91,6	69,2
1994	48,0	96,2	80,2

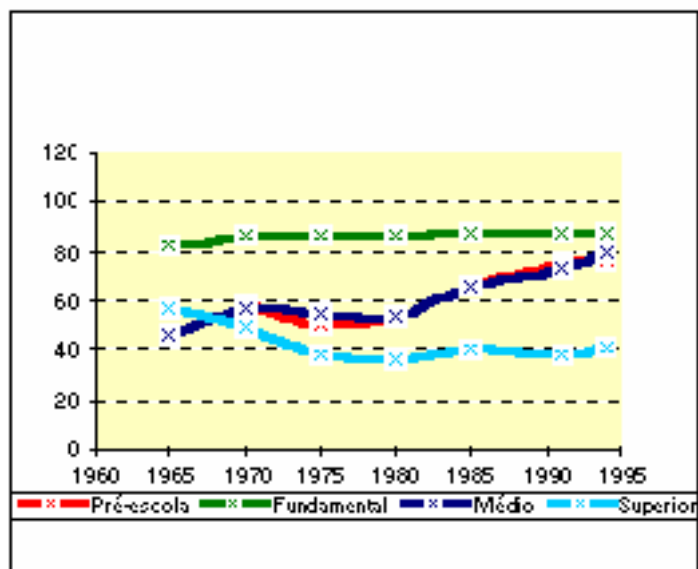
FONTE: MEC/SEDIA/SEEC

Neste quadro de expansão do atendimento, além da universalização do acesso ao ensino fundamental, a evolução das taxas de escolarização bruta por níveis de ensino sinaliza duas tendências principais: o rápido crescimento

da educação pré-escolar e do ensino médio; a estagnação das taxas de escolarização do ensino superior (Gráfico 5).

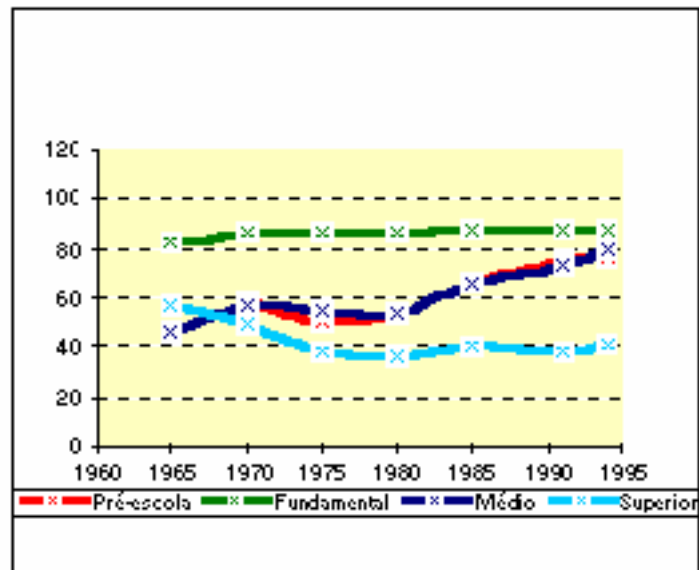
No que se refere à educação básica, considerando os três níveis de ensino (pré-escolar, fundamental e médio), tal fenômeno deve-se sobretudo ao esforço do setor público, cuja participação na oferta de matrículas é sistematicamente ascendente e predominante em relação ao setor privado (Gráfico 6). Com a exceção do ensino fundamental, que desde meados da década de 60 já coloca o setor público em destaque na oferta de matrículas, atingindo quase 90% da cobertura, nos anos 90 chama a atenção sua significativa expansão no atendimento da pré-escola e do ensino médio: em 1994, a rede pública passa a responder por cerca de 77% da matrícula desses dois níveis de ensino.

Gráfico 5 - Taxas de escolarização bruta por níveis de ensino regular Brasil 1960 a 1994



Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC.

Gráfico 6 - Participação do setor público nas matrículas por grau de ensino
Brasil 1960 a 1994

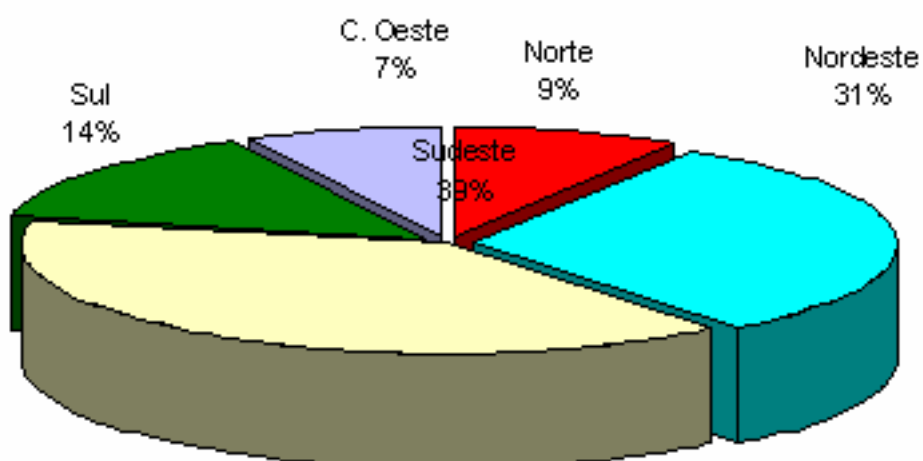


Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC.

2 - Educação Fundamental

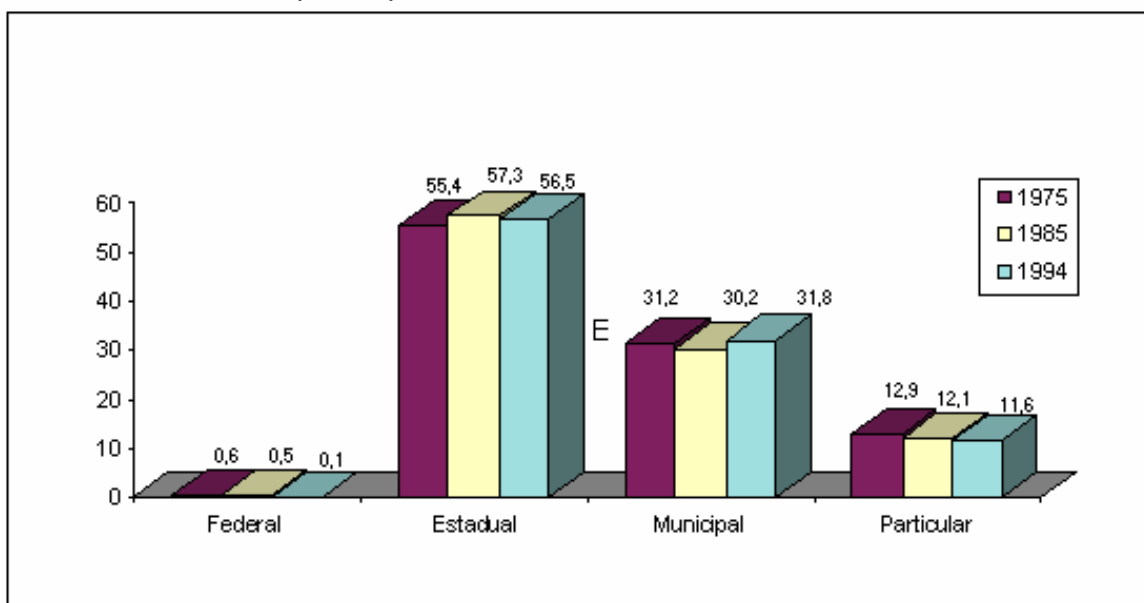
Em 1994, os 31,2 milhões de alunos do ensino fundamental concentravam-se predominantemente nas regiões Sudeste (39%) e Nordeste (31%), seguidas das regiões Sul (14%), Norte (9%) e Centro-Oeste (7%) (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Educação fundamental distribuição da matrícula por região



Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

Gráfico 8 - Educação fundamental distribuição percentual da matrícula por dependência administrativa - Brasil 1980 a 1994.



Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

Tabela 6 - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - MATRÍCULA INICIAL E DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO BRASIL - 1970 - 1994

ANOS	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (%)				LOCALIZAÇÃO (%)	
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	URBANO	RURAL
1970	15.894.627	-	-	-	14,7	70,7	29,3
1975	19.549.249	0,6	55,4	31,2	12,9	72,8	27,2
1980	22.598.254	0,7	52,8	33,6	12,8	71,7	28,3
1985	24.769.736	0,5	57,3	30,2	12,1	76,8	23,2
1991	29.203.724	0,3	57,2	30,0	12,4	81,4	18,6
1994	31.220.110	0,1	56,5	31,8	11,6	82,5	17,5

Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

Do total de funções docentes do ensino fundamental (pouco menos de 1,4 milhão), 86,3% encontram-se na rede pública: mais de 79,6% relacionam-se às escolas da área urbana e apenas 20,4% à zona rural (Tabela 7).

Tabela 7 - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - FUNÇÕES DOCENTES
DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA

	TOTAL	DEP. ADMINISTRATIVA		LOCALIZAÇÃO	
		PÚBLICO %	PRIVADO %	URBANO %	RURAL %
1960	284.115	-	-	-	-
1965	446.290	-	-	-	-
1970	653.800	81,2	18,8	76,2	23,8
1975	896.652	84,7	15,3	78,2	21,8
1980	884.257	85,7	14,3	76,6	23,4
1984	1.016.175	86,5	13,5	76,4	23,6
1991	1.295.965	86,7	13,3	78,4	21,6
1994	1.377.665	86,3	13,7	79,6	20,4

Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

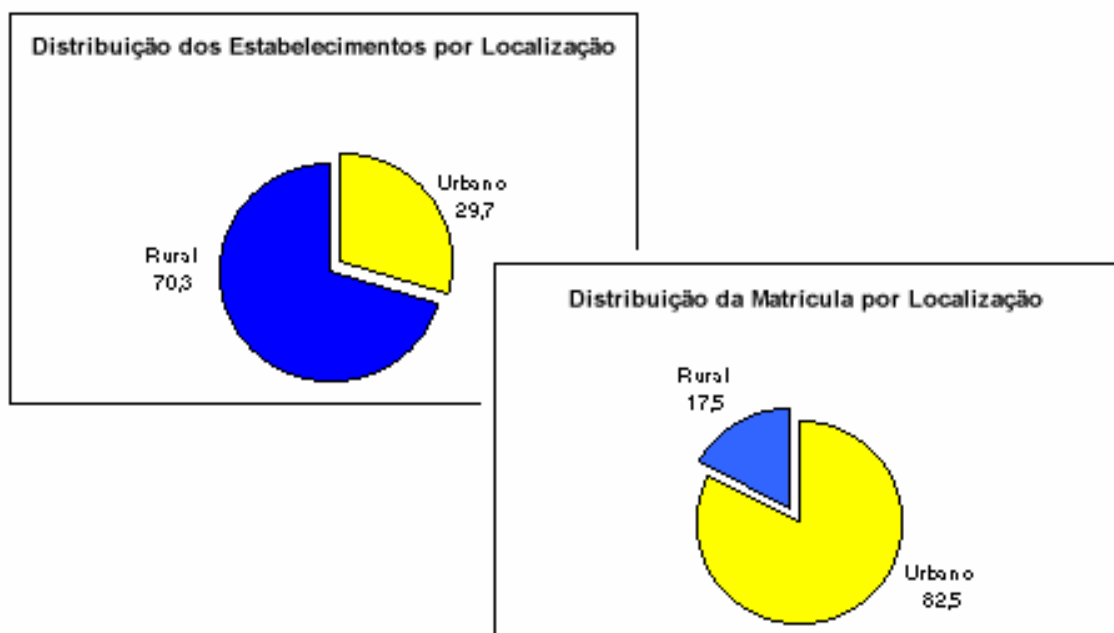
No que se refere ao número de estabelecimentos de ensino, ao todo 194.487, mais de 70% das escolas são rurais, apesar de responderem por apenas 17,5% da demanda de ensino fundamental (Gráfico 9).

Tabela 8 - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO
DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO

ANOS	TOTAL	DEP. ADMINISTRATIVA		LOCALIZAÇÃO	
		PÚBLICO %	PRIVADO %	URBANO %	RURAL %
1960	2.709	31,0	69,0	-	-
1965	3.544	34,5	65,5	-	-
1970	6.034	39,0	61,0	-	-
1972	5.307	44,2	55,8	98,1	1,9
1975	6.212	46,6	53,4	98,2	1,8
1980	7.443	48,4	51,6	97,9	2,1
1985	9.260	56,1	43,9	97,9	2,1
1991	11.811	66,9	33,1	97,5	2,5
1994	14.742	69,4	30,6	97,0	3,0

Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

Gráfico 9 - Educação fundamental - Brasil 1994



Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

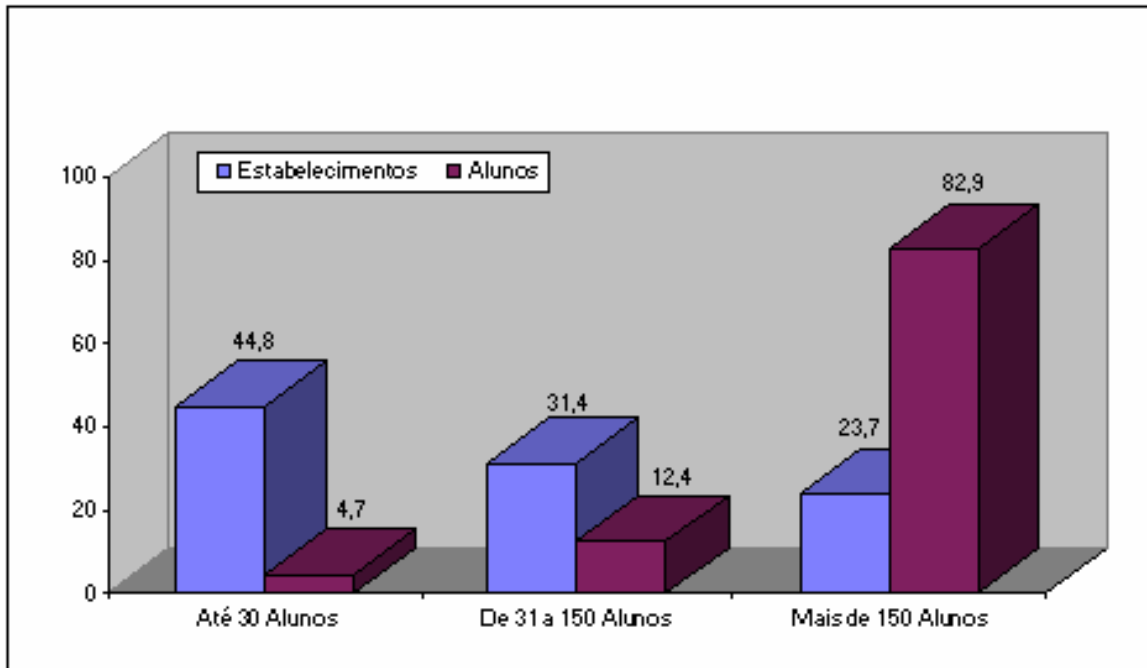
A Tabela 9, a seguir, mostra que, aproximadamente 45% das escolas do país têm, apenas, no máximo 30 alunos, enquanto não chegam a 24% as escolas com mais de 150 alunos, as primeiras participando com menos de 5% do total de matrículas e as últimas, reunindo a grande maioria, 83%.

Tabela 9 - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, ALUNOS E MÉDIA DE ALUNOS, SEGUNDO O PORTE DOS ESTABELECIMENTOS BRASIL 1994

Porte dos Estabelecimentos (Número de Alunos)	Estabelecimentos		Alunos		Média de Alunos/ Estabelecimento (B/A)
	Total (A)	%	Total (B)	%	
Brasil	194.487	100	31.220.110	100	160,5
Até 30 Alunos	87.226	44,8	1.467.957	4,7	16,8
De 31 a 150 Alunos	61.095	31,4	3.869.589	12,4	63,3
Mais de 150 Alunos	46.166	23,7	25.882.564	82,9	560,6

Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

Gráfico 10 - Educação fundamental - Distribuição de estabelecimentos e alunos segundo o porte dos estabelecimentos - Brasil 1994.



Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

Em relação às taxas de transição², houve substancial melhoria dos índices de promoção, repetência e evasão do ensino fundamental. Verifica-se, na última década, tendência ascendente das taxas de promoção — que pulam de 55% em 1984, para 62% em 1992 — acompanhada de queda razoável das taxas médias de repetência e evasão, que atingem, respectivamente, 33% e 5% em 1992 (Gráficos 11,12 e 13).

Gráfico 11 - Educação fundamental taxas agregadas de promoção Brasil 1981 a 1992

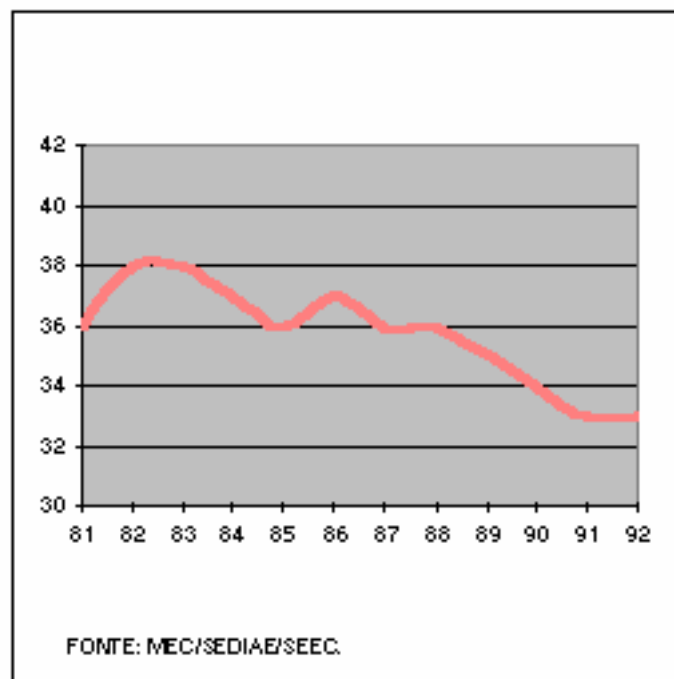


Gráfico 12 - Educação fundamental taxas agregadas de repetência Brasil 1981 a 1992

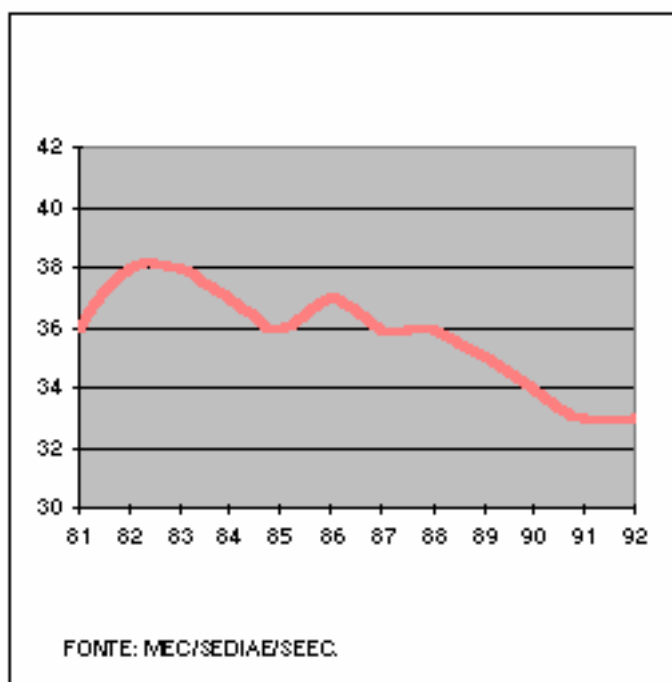
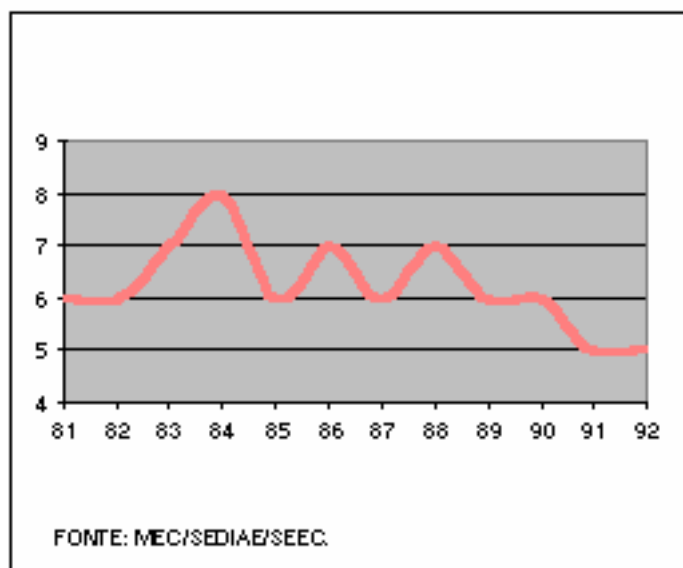


Gráfico 13 - Educação fundamental taxas agregadas de evasão Brasil 1981 a 1992



Esta tendência é muito significativa. Estudos indicam que a repetência constitui-se um dos problemas mais graves do quadro educacional do país, uma vez que os alunos passam em média cinco anos na escola, antes de se evadirem, e levam cerca de onze anos para concluir as oito séries de escolaridade obrigatória. Isso mostra que a sociedade brasileira valoriza a educação como requisito fundamental de integração social e inserção no mundo do trabalho. No entanto, a grande maioria da população estudantil acaba desistindo da escola, desestimulada em razão das altas taxas de repetência e pressionada por fatores sócio-econômicos, que obrigam boa parte dos alunos ao trabalho precoce.

Apesar da melhoria observada nos índices de evasão, o comportamento das taxas de promoção e repetência na primeira série do ensino fundamental está ainda longe do desejável: apenas 51% do total de alunos são promovidos e 44% repetentes (Gráficos 14, 15 e 16), reproduzindo assim o ciclo de retenção que acaba expulsando os alunos da escola.

Gráfico 14 - Educação fundamental taxas de promoção por séries Brasil

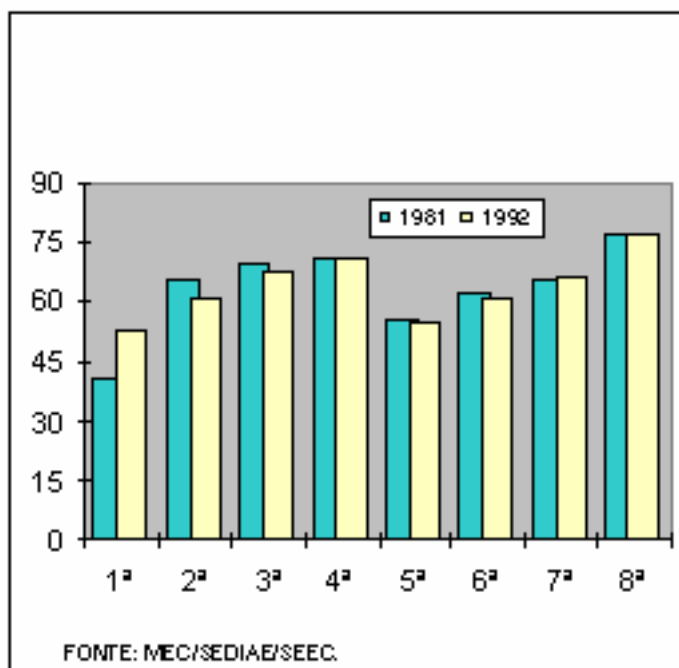


Gráfico 15 - Educação fundamental taxas de repetência por séries Brasil

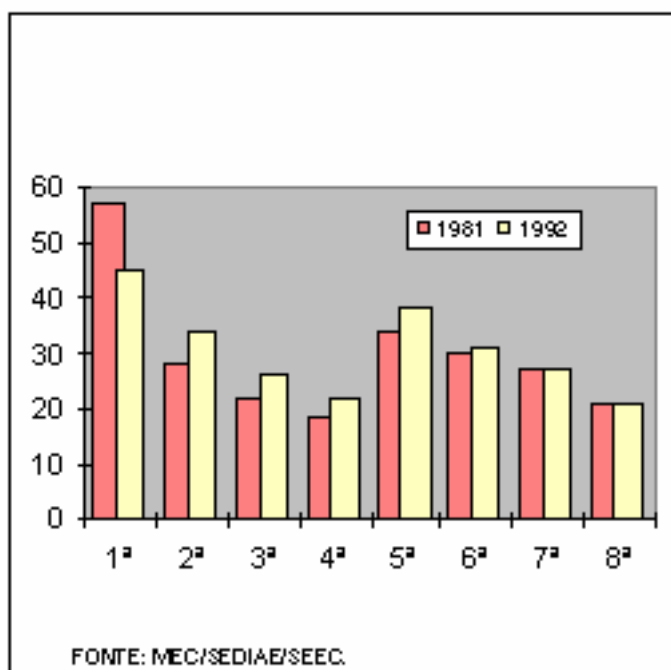
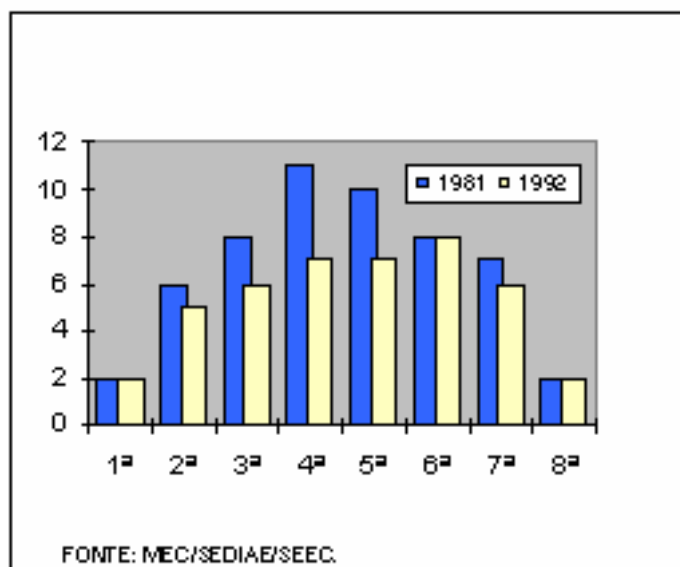


Gráfico 16 - Educação fundamental taxas de evasão por séries Braisl



Do ponto de vista regional, com a exceção do Norte e Nordeste, as demais regiões apresentam tendência à elevação das taxas médias de promoção e queda dos índices de repetência (Gráficos 17 e 18), indicando relativo processo de melhoria da eficiência do sistema. Ressalte-se, contudo, tendência à queda das taxas de evasão nas regiões Norte e Nordeste, que em 1992 chegam muito próximas da média nacional (Gráfico 19).

Gráfico 17 - Educação fundamental taxas agregadas de promoção Brasil e Grandes REgiões 1989 - 1992

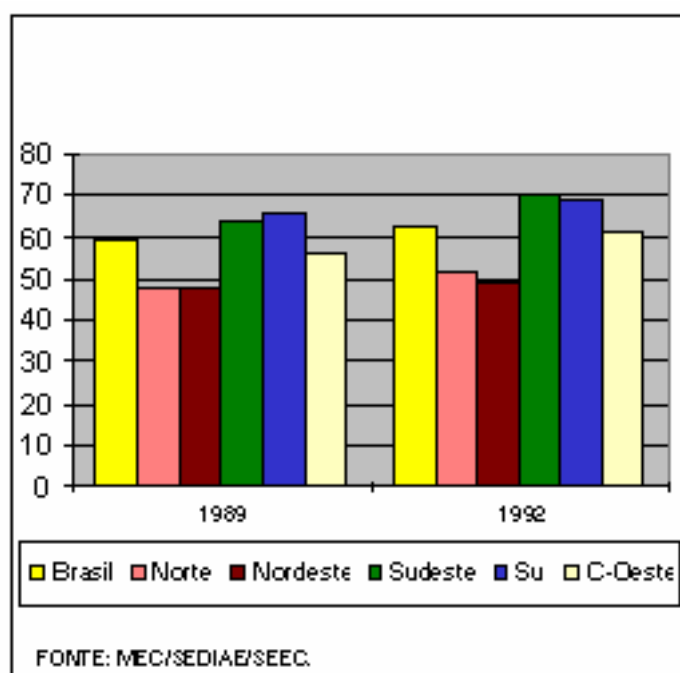


Gráfico 18 - Educação fundamental taxas agregadas de repetência Brasil e Grandes REgiões 1989 - 1992

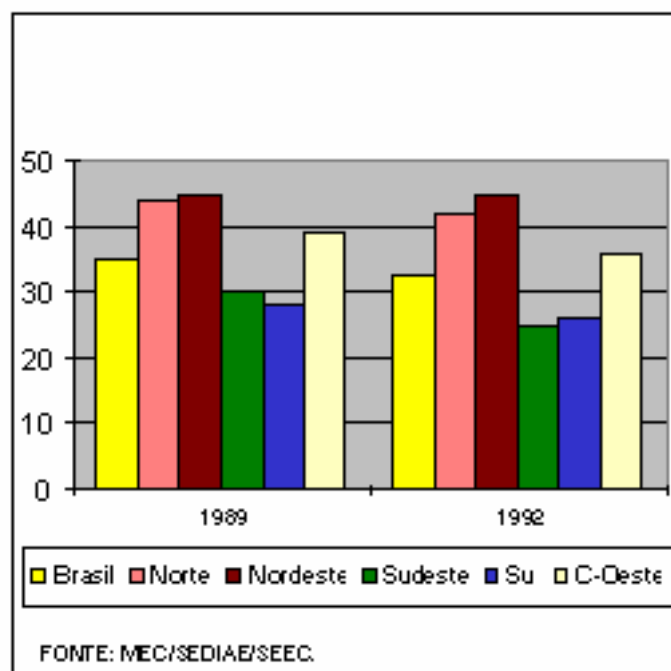
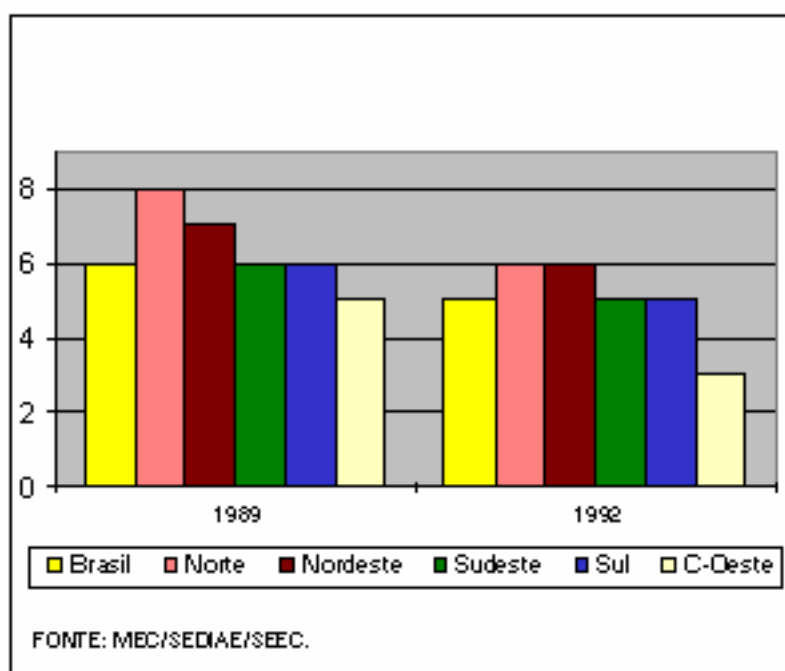


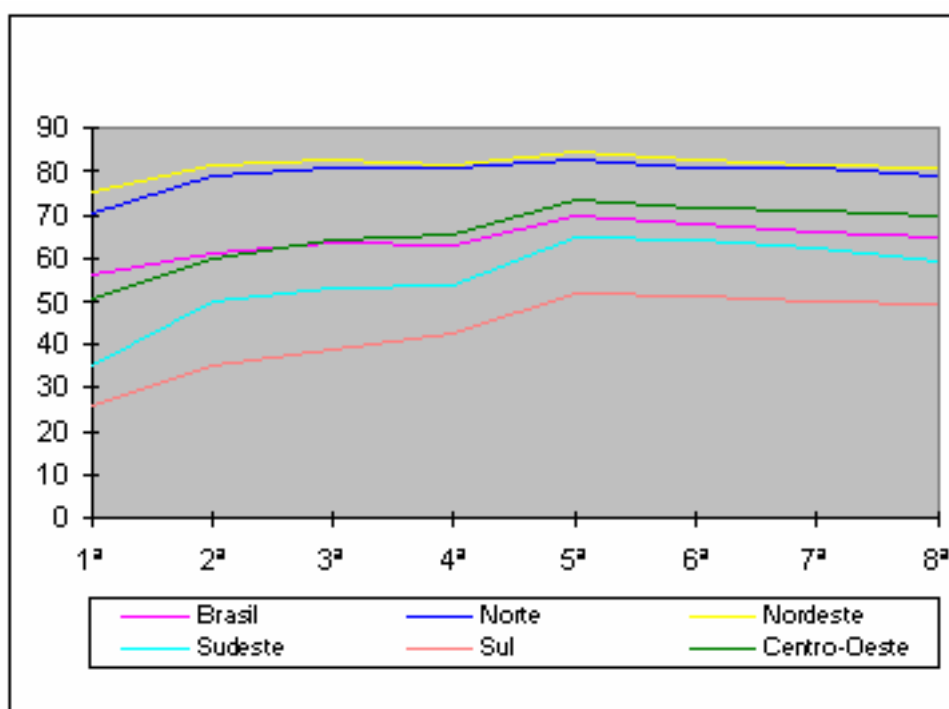
Gráfico 19 - Educação fundamental taxas agregadas de evasão Brasil e Grandes Regiões 1989 - 1992



Uma das conseqüências mais nefastas resultante das elevadas taxas de repetência manifesta-se nitidamente nas acentuadas taxas de distorção série/idade em todas as séries do ensino fundamental (Gráfico 20). Apesar da ligeira queda observada em todas as séries, no período de 1984 a 1994, a situação indicada na tabela abaixo é dramática:

- mais de 63% dos alunos do ensino fundamental têm idade superior à faixa etária correspondente a cada série;
- as regiões Sul e Sudeste, embora situem-se abaixo da média nacional, ainda apresentam índices bastante elevados, respectivamente, cerca de 42% e de 54%;
- as regiões Norte e Nordeste situam-se bem acima da média nacional (respectivamente 77,6% e 80%).

Gráfico 20 - Taxas de distorção na educação fundamental Brasil e Regiões 1994



Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

3 - Educação Média

Em 1994, o número de matrículas iniciais do ensino médio chegava a cerca de 5 milhões, apresentando um crescimento de mais de 1 milhão de alunos, em relação ao ano de 1991. Este movimento resulta, sem dúvida, da melhoria do nível educacional observado na última década.

**Tabela 10 - EDUCAÇÃO - MATRÍCULA INICIAL
DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
BRASIL - 1971 - 1994**

Anos	Total	Dependência Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Particular
1971	1.119.421	4,0	47,9	4,6	43,5
1975	1.935.903	4,1	47,5	3,1	45,3
1980	2.819.182	3,1	47,0	3,5	46,5
1985	3.016.138	3,3	59,0	4,4	33,3
1989	3.477.859	2,8	62,4	4,4	30,4
1991	3.770.230	2,7	65,6	4,7	27,0
1994	5.073.307	2,1	71,8	5,3	20,8

Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

**Tabela 11 - ENSINO MÉDIO - MATRÍCULA INICIAL - DISTRIBUIÇÃO POR
REGIÃO E UNIDADES DA FEDERAÇÃO MAIS REPRESENTAÇÃO E POR
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
BRASIL 1994**

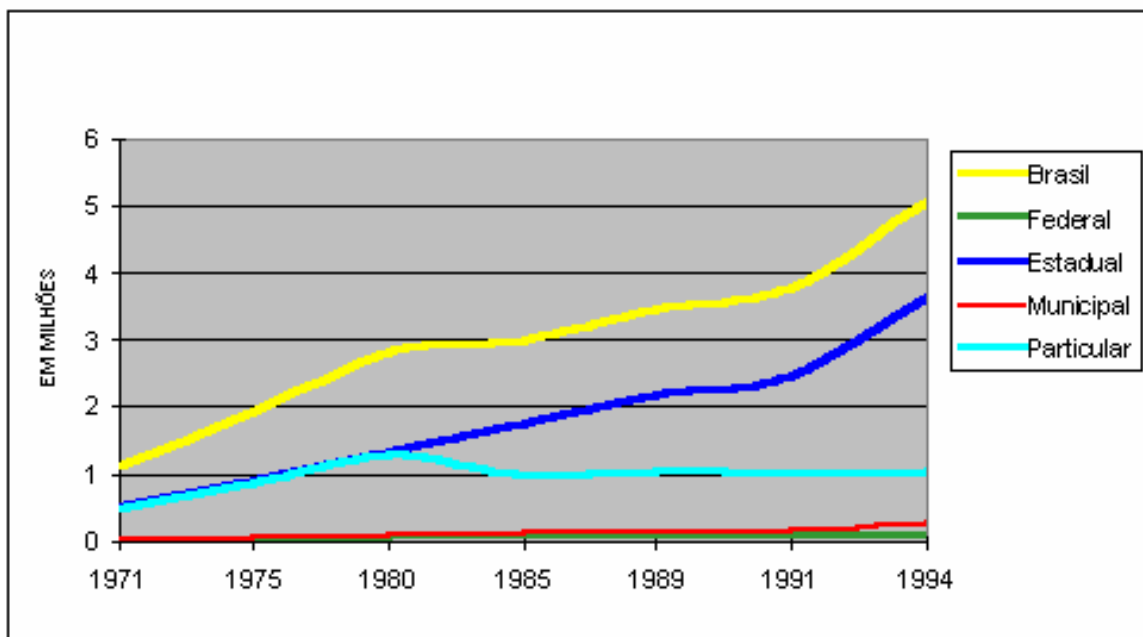
Região/UF	Matrícula		Total	Dependência Administrativa (%)			
	número	%		Federal	Estadual	Municipal	Particular
Total	5.073.307	100	100	2,1	71,8	5,3	20,8
Norte	313.283	6,2	100	2,7	85,9	1,3	10,1
Nordeste	1.018.575	20,1	100	3,5	58,4	13	25,2
Sudeste	2.594.514	51,1	100	1,1	72,2	4,5	22,1
Sul	795.324	15,7	100	3,2	79,1	0,9	16,7
Centro-Oeste	351.611	6,9	100	2,3	78,4	2,1	17,2
São Paulo	1.612.062	31,8	100	0,2	78	1,9	19,8
Minas Gerais	465.754	9,2	100	1,6	67	11,9	19,6
Rio de Janeiro	408.403	8,1	100	3,3	56,3	5,4	35
Paraná	351.738	6,9	100	3,4	85,9	0,1	10,7
Rio Grande do Sul	292.100	5,8	100	3,2	73,6	1,6	21,6
Pernambuco	236.139	4,7	100	4,1	59,7	15,9	20,3
Bahia	230.274	4,5	100	0,5	65,3	15	19,2

Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

Nota-se claramente, como se pode depreender da Tabela 10, acentuado crescimento das matrículas iniciais a partir de 1991, tanto em consequência do aumento das taxas de conclusão do ensino fundamental, como também da expansão dos cursos supletivos de 1º grau e da oferta de cursos noturnos.

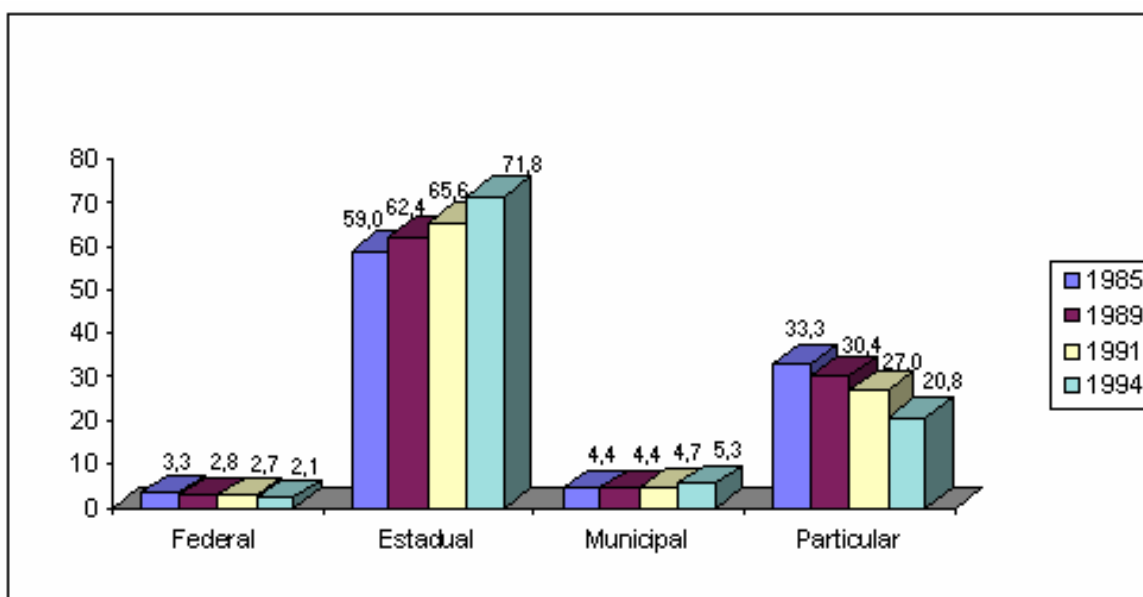
No que se refere à distribuição das matrículas por dependência administrativa, é evidente o declínio sistemático da participação do setor privado e rápido crescimento do atendimento ao público com a absoluta predominância da participação da rede estadual.

Gráfico 21 - Educação média matrícula inicial por dependência administrativa Brasil 1971 a 1994



Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

Gráfico 22 - Educação média distribuição da matrícula inicial por dependência administrativa Brasil 1971 a 1994



Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

Do ponto de vista regional, a distribuição da matrícula inicial concentra-se preponderantemente na região Sudeste (51,1%), seguida do Nordeste (20,1%), Sul (15,7%), Centro-Oeste (6,9%) e Norte (6,2%). Cabe destacar o Estado de São Paulo, responsável hoje por mais de um terço do total de matrículas deste nível de ensino (Tabela 11). Não obstante, chama a atenção o comportamento

das taxas de crescimento da matrícula no período de 1985 a 1994, alcançando perto de 68% em média, destacando-se as Regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste, todas acima da média nacional (Tabela 12).

Tabela 12 - ENSINO MÉDIO - MATRÍCULA E TAXA DE CRESCIMENTO
BRASIL 1985 a 1994

Brasil	Ano		Taxa de Crescimento
	1985	1994	
Total	3.016.138	5.073.307	68,2
Norte	128.874	313.283	143,1
Nordeste	695.342	1.018.575	46,5
Sudeste	1.493.980	2.594.514	73,7
Sul	491.617	795.324	61,8
Centro Oeste	206.325	351.611	70,4

Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

O ensino noturno, responsável por quase 60% do total de matrículas, é predominante em todas as regiões do país e apresenta tendência à expansão nas três redes do setor público (federal, estadual e municipal). Embora declinante, desde o final dos anos 80, o setor privado noturno é ainda bastante expressivo atingindo mais de 33% do total de matrículas (Tabela 13). Sem dúvida, a predominância do ensino noturno deve-se ao próprio desenho da estrutura do sistema, pois, em geral, as escolas oferecem vagas para o ensino fundamental no período diurno, e para o ensino médio, à noite.

Tabela 13 - ENSINO MÉDIO - MATRÍCULA INICIAL E PARTICIPAÇÃO DO PERÍODO NOTURNO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - BRASIL E REGIÕES 1989 A 1994

Brasil e Regiões	Geral			Dependência Administrativa							
	Total	Noturno		Federal		Estadual		Municipal		Particular	
		n	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
BRASIL											
1989	3.477.859	2.017.959	58,0	97.777	28,5	2.170.632	63,8	152.981	76,0	1.056.469	46,3
1994	5.073.307	3.015.089	59,4	107.267	26,1	3.641.963	66,8	268.119	75,8	1.055.958	33,4
NORTE											
1989	181.840	108.779	59,8	16.674	45,9	123.548	69,1	2.501	83,0	39.117	34,8
1994	313.283	191.345	61,1	8.361	22,9	269.265	66,5	4.111	89,1	31.546	21,4
NORDESTE											
1989	784.469	429.484	54,7	26.448	24,8	439.754	55,8	79.438	76,1	238.829	49,0
1994	1.018.575	572.034	56,2	35.649	24,2	594.378	59,4	132.136	77,2	256.412	42,2
SUDESTE											
1989	1.730.911	1.023.258	59,1	27.683	21,0	1.051.678	65,0	61.494	75,3	590.056	48,8
1994	2.594.514	1.604.839	61,9	29.420	23,7	1.873.565	70,3	117.034	73,2	574.495	33,9
SUL											
1989	546.057	313.815	57,5	19.632	29,0	384.968	64,3	5.868	73,7	135.589	41,5
1994	795.324	437.143	55,0	25.676	32,1	629.188	62,2	7.530	71,7	132.930	24,3
C-OESTE											
1989	234.582	142.623	60,8	7.340	29,7	170.684	71,8	3.680	86,1	52.878	28,0
1994	351.611	209.728	59,6	8.161	26,9	275.567	69,1	7.308	89,7	60.575	17,2

Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

O perfil de distribuição das matrículas assemelha-se à configuração dos 14,7 mil estabelecimentos de ensino (Tabela 14) localizados basicamente na zona urbana, sendo 61% estaduais e 31% privados. Predominam os estabelecimentos de maior porte, com mais de 250 alunos (42,8%), os quais

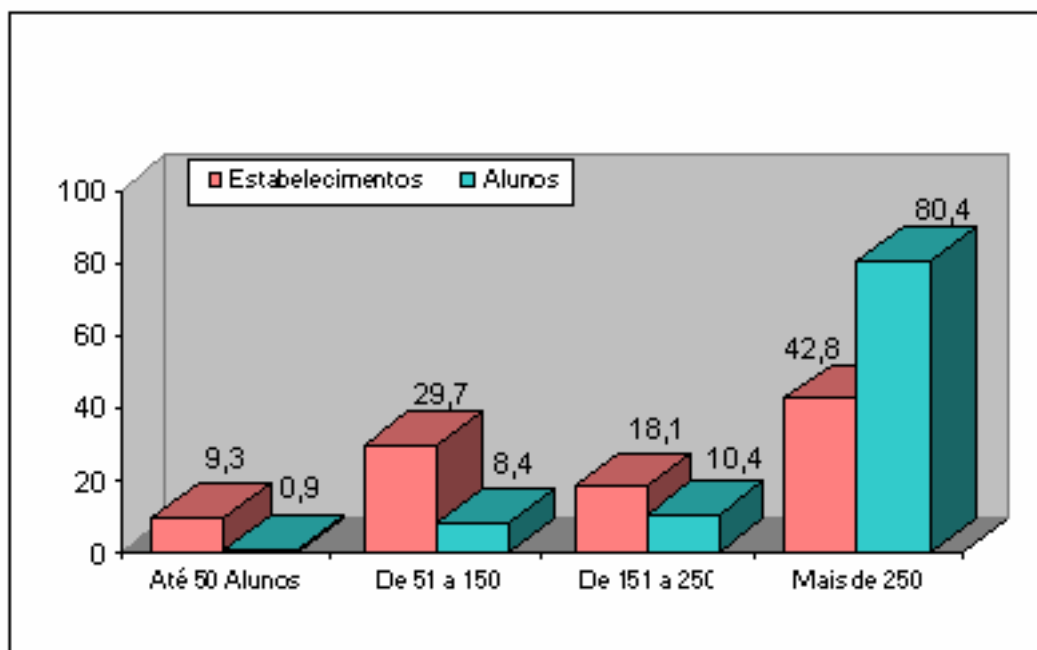
absorvem cerca de 80% da demanda. Este perfil de distribuição dos estabelecimentos apresenta-se relativamente homogêneo em todas as regiões do país, como se observa no Gráfico 24.

Tabela 14 - EDUCAÇÃO MÉDIA - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - BRASIL 1972 A 1994

Anos	Total Geral	Dependência Administrativa							
		Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Particular	%
1972	5.307	2.962	55,8
1975	6.212	111	1,8	2.428	39,1	353	5,7	3.320	53,4
1980	7.443	117	1,6	2.957	39,7	525	7,1	3.844	51,6
1985	9.260	137	1,5	4.421	47,7	638	6,9	4.064	43,9
1988	10.414	136	1,3	5.774	55,4	701	6,7	3.803	36,5
1991	11.811	125	1,1	6.928	58,7	849	7,2	3.909	33,1
1994	14.742	119	0,8	9.028	61,2	1.090	7,4	4.505	30,6

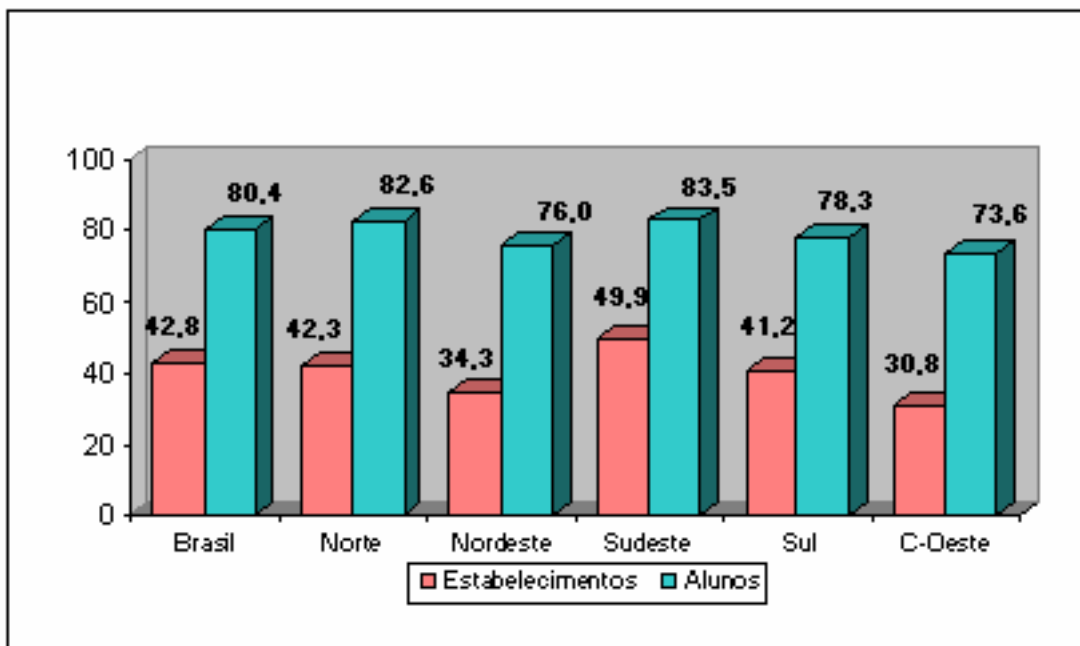
Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

Gráfico 23 - Educação média - Distribuição de estabelecimentos e alunos segundo o porte dos estabelecimentos Brasil 1994



Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

Gráfico 24 - Educação média - Promoção de estabelecimentos e alunos segundo estabelecimentos com mais de 250 alunos Brasil e Regiões 1994



Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

Quanto à distribuição das funções docentes — ao todo 320.000 —, observa-se equilíbrio na participação proporcional dos setores público (72,8%) e privado (27,2%), em relação à demanda atendida pelas respectivas redes de ensino (Tabela 15).

Tabela 15 - EDUCAÇÃO MÉDIA - FUNÇÕES DOCENTES POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA BRASIL 1971 a 1994

Ano	Total Geral	Dependência Administrativa							
		Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Particular	%
1971	123.136	5.812	4,7	57.234	46,5	5.126	4,2	54.964	44,6
1975	133.070	5.411	4,1	61.075	45,9	5.364	4	61.220	46
1980	198.087	8.292	4,2	93.773	47,3	8.466	4,3	87.556	44,2
1985	206.111	7.750	3,8	108.889	52,8	10.318	5	79.154	38,4
1988	230.639	8.104	3,5	134.297	58,2	11.675	5,1	76.563	33,2
1991	259.380	8.112	3,1	158.576	61,1	14.412	5,6	78.280	30,2
1994	320.050	9.352	2,9	204.556	63,9	19.013	5,9	87.129	27,2

Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

Ao contrário das tendências de melhoria observadas no ensino fundamental, o exame dos indicadores de transição do ensino médio apresenta pequena queda das taxas agregadas de promoção e ascensão dos índices de repetência. Chega a 42% a taxa média de repetência na 1ª série e a apenas 50% a taxa média de promoção na mesma série, em 1992. Há, contudo, melhoria progressiva das taxas de evasão, no período observado, em todas as séries.

Gráfico 25 - Educação média taxas agregadas de promoção Brasil 1981 - 1992

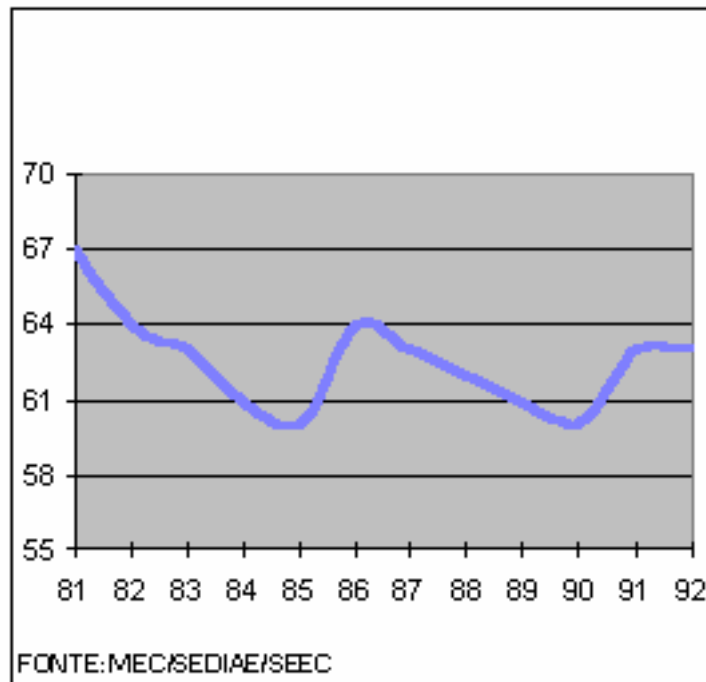
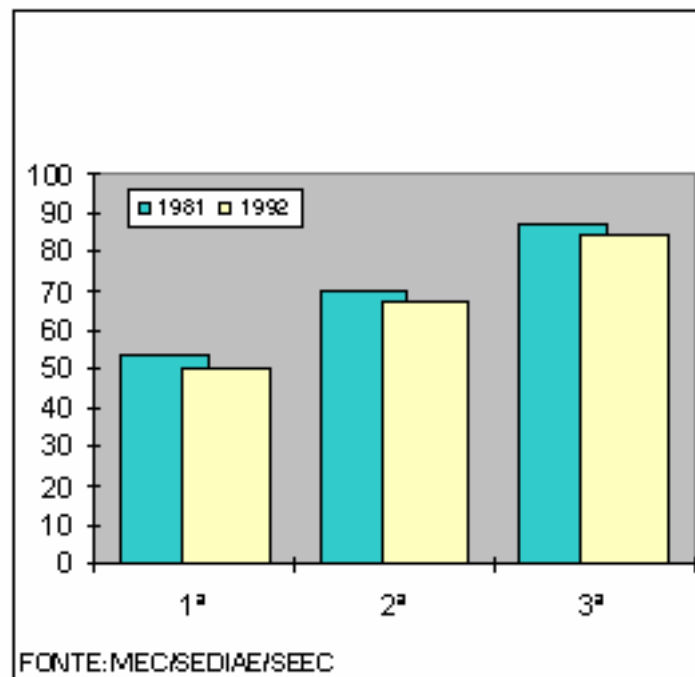


Gráfico 26 - Educação média taxas de promoção por séries Brasil 1981 - 1992



Claramente, o comportamento das taxas de transição do ensino médio, em particular as altas taxas de repetência, sinaliza fenômeno semelhante ao verificado com o ensino fundamental no período de 1975 a 1985: rápida expansão do atendimento e relativa deterioração de sua qualidade. Como evidência principal deste quadro, nota-se que o número de alunos concluintes

não acompanhou, com a mesma intensidade, a tendência ao crescimento da matrícula observado no período (Tabelas 13 e 16).

Gráfico 27 - Educação média taxas agregadas de repetência Brasil 1981 - 1992

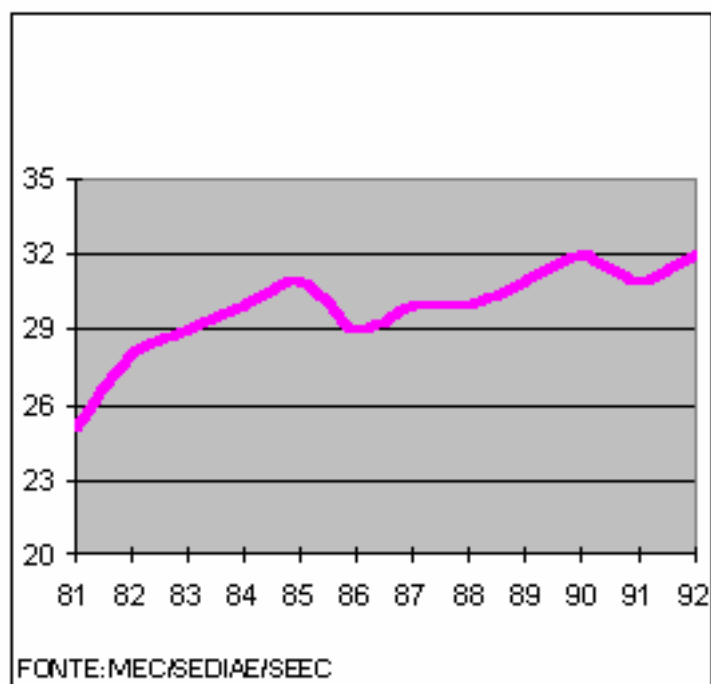


Gráfico 28 - Educação média taxas de repetência por séries Brasil 1981 - 1992

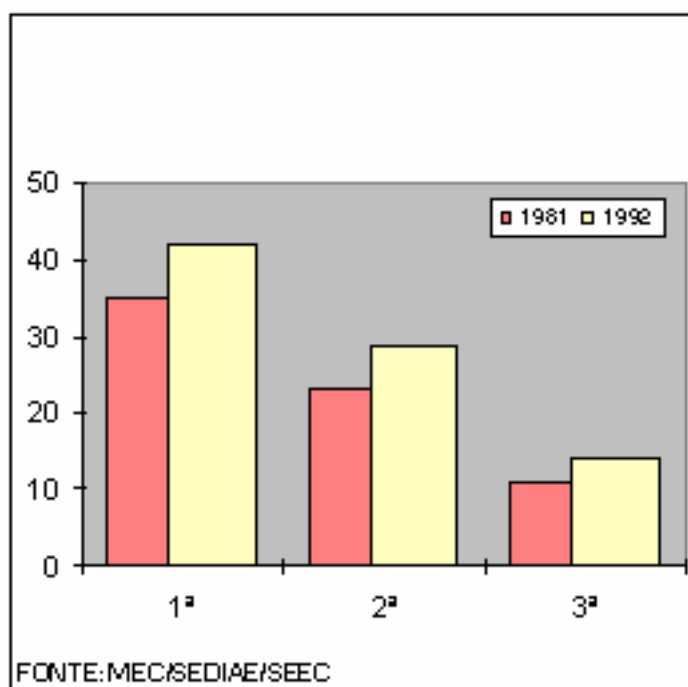


Gráfico 29 - Educação média taxas agregadas de evasão Brasil 1981 a 1992

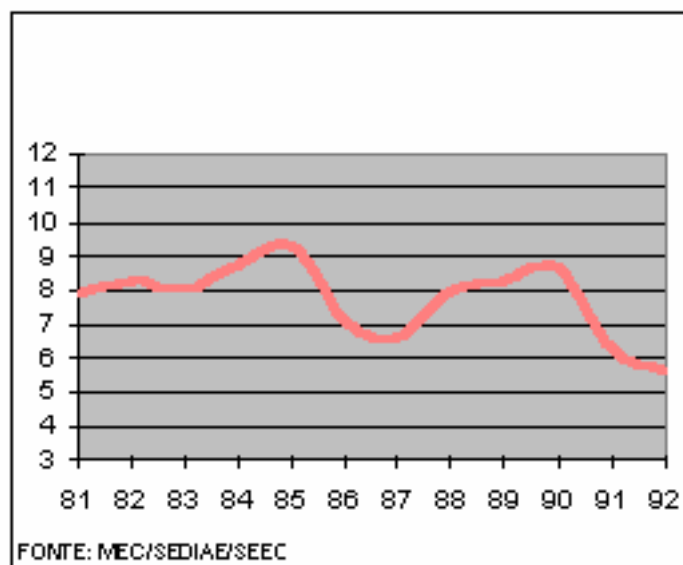


Gráfico 30 - Educação média taxas de evasão por séries Brasil 1981 a 1992

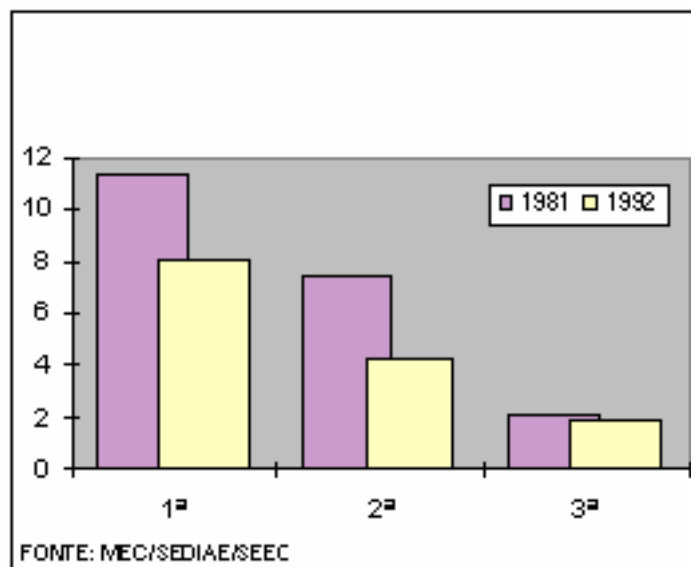


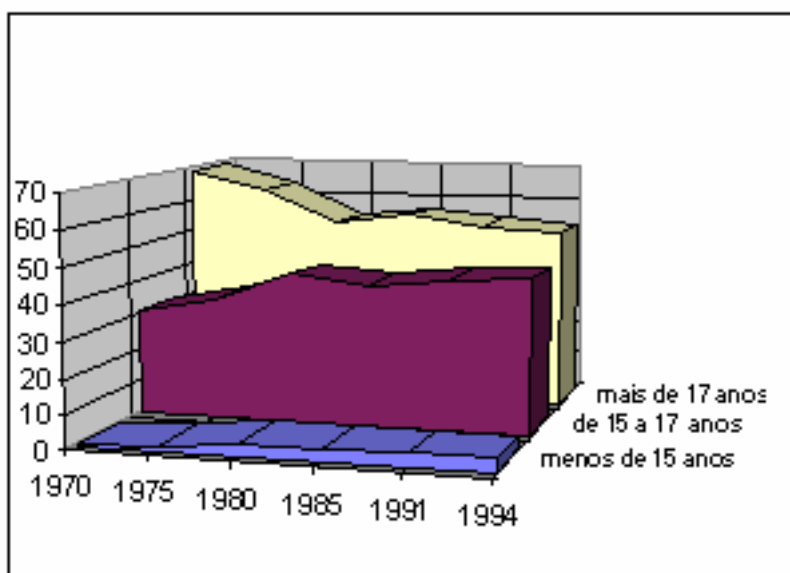
Tabela 16 - ENSINO MÉDIO - ALUNOS CONCLUENTES POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA BRASIL - 1980 A 1993

	Total Geral	Dependência Administrativa							
		Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Particular	%
1980	541.350	16.370	3,0	203.986	37,7	18.720	3,5	302.274	55,8
1984	585.193	17.835	3,0	273.127	46,7	23.360	4,0	270.871	46,3
1987	605.504	14.230	2,4	311.690	51,5	25.115	4,1	254.469	42,0
1990	658.725	19.797	3,0	356.813	54,2	29.070	4,4	253.045	38,4
1993	851.428	16.663	2,0	559.595	65,7	42.681	5,0	232.489	27,3

Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

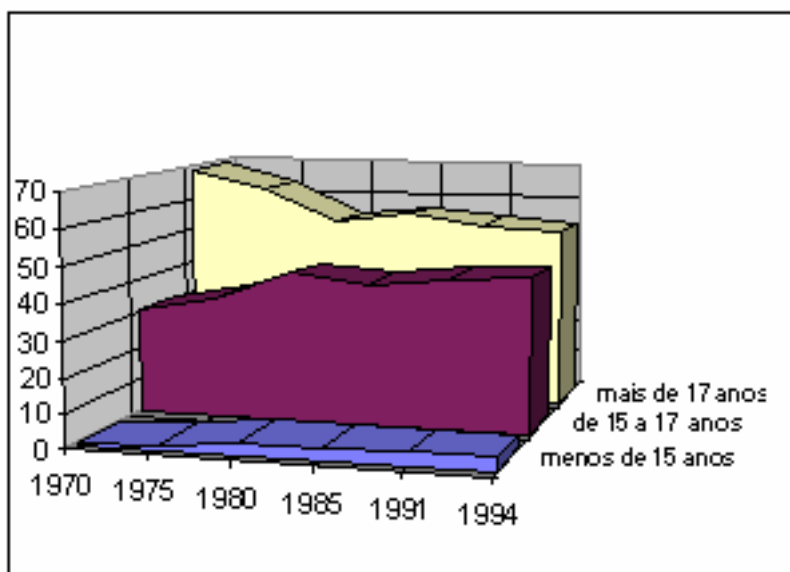
No entanto, verifica-se uma tendência bastante positiva: a partir de 1985 vai declinando a presença de alunos com mais de 17 anos e, progressivamente, ampliando-se a matrícula na faixa etária de 15 a 17 anos, fenômeno que apresenta bastante homogeneidade em todas as regiões do país (Gráficos 31 e 32).

Gráfico 31 - Educação média - Distribuição da matrícula inicial segundo faixas etárias Brasil e Regiões 1970 a 1994



Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

Gráfico 32 - Educação média - Evolução da matrícula com idade de 15 a 17 anos Brasil e Regiões 1985 - 1994



Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC